

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CA.****Secretaria****ATA Nº 3/2017**

1           Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de  
2           Reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG,  
3           localizada no edifício da Reitoria, *Campus* Universitário em Uvaranas, situado na  
4           Avenida General Carlos Cavalcanti nº 4748, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob  
5           Presidência do Magnífico Reitor, Professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, reuniram-se  
6           os Membros do Conselho de Administração - CA, com a presença da Senhora Vice-  
7           Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli e dos Conselheiros Adilson Luiz Chinelatto  
8           (suplente), Amaury dos Martyres, Amazonas Santos Neto, Antonio José Camargo  
9           (suplente), Antônio Marcos Maia, Ariangelo Hauer Dias, Emerson Martins Hilgemberg,  
10           Fabiana Postiglione Mansani, Gabriel Andrade Schleder (suplente), Jeverson Machado  
11           do Nascimento, Luis Fernando Cerri, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Marcos Vinicius  
12           Fidelis, Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga, Maria Salete Marcon Gomes Vaz, Marilisa  
13           do Rocio Oliveira, Maristella Dalla Pria (suplente), Miguel Archanjo de Freitas Júnior,  
14           Paulo Vitor Farago (suplente), Robson Laverdi, Silviane Buss Tupich, Ulisses Coelho,  
15           Vicente Paulo Hajaki Ribas e Valquiria Nanuncio Chochel (suplente); Contando ainda  
16           com a presença dos servidores Dierone César Foltran Júnior, Ítalo Sérgio Grande, João  
17           Irineu de Resende Miranda e Neomil Macedo para Reunião de Trabalho de ciência,  
18           análise e discussão sobre Ofícios da Casa Civil - CEE/CC nºs 310 e 993/17, recebidos pela  
19           Reitoria e que tratam de Deliberações da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de  
20           Política Salarial - CPS da Casa Civil, e de aprovação para contratação de professores  
21           colaboradores em 688 horas/semanais nos termos da Informação nº 165/2017, da

26 Coordenação do Orçamento Estadual - COE da Secretaria de Estado da Fazenda -  
27 SEFA. Se fizeram presentes ainda alguns acadêmicos, professores, profissionais da  
28 imprensa, e Entidades Sindicais na pessoa da Professora Rosângela Maria Silva Petuba,  
29 Presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa -  
30 SINDUEPG e o servidor Emerson Barbosa, Presidente do Sindicato dos Técnicos e  
31 Professores da UEPG - SINTESPO. A Presidência da mesa cumprimentou a todos os  
32 presentes, comunicando sobre a suspensão integral da pauta da Reunião Ordinária  
33 previamente agendada para esta data, justificada por questões administrativas e ações  
34 institucionais urgentes a serem tomadas, em relação a ofícios da Casa Civil de corte em  
35 noventa por cento (90%) da carga horária solicitada pela UEPG para a contratação de  
36 professores colaboradores, e de outras medidas governamentais e decisões do Tribunal  
37 de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR que afrontam a autonomia das Instituições de  
38 Ensino Superior - IES, transferindo automaticamente a pauta original, para o dia três de  
39 abril de dois mil e dezessete no mesmo horário e local; esclareceu ainda sobre os assuntos  
40 polêmicos de adequação do valor da taxa de alimentação dos Restaurantes  
41 Universitários e da Assistência Estudantil, justificando a presença dos vários acadêmicos,  
42 com os quais dialogou e comunicou sobre a transferência do momento de discussão;  
43 imediatamente convocou os membros do CA para Reunião de Trabalho sobre os  
44 assuntos referidos, esclarecendo que seriam analisados e discutidos no sentido de dar  
45 encaminhamento aos procedimentos futuros, considerando que os documentos não  
46 estariam devidamente protocolizados; historiou brevemente a respeito das questões  
47 consideradas como grandes frentes de batalha, responsáveis pela mobilização geral dos  
48 dirigentes das IES, entidades sindicais e comunidades universitárias, comunicando a  
49 reativação do Comitê de Defesa das Instituições Públicas Estaduais e primeira reunião  
50 desse grupo junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI;

51 destacou as questões de contratação de professores temporários e/ou colaboradores, o  
52 ofício da Casa Civil que imporia a restrição de atividades diárias da Universidade, o  
53 manifesto da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público -  
54 APIESP em forma de ofício de resposta, o Sistema Meta 4, que seria outra imposição do  
55 Governo através do TCE/PR e o Acórdão expedido no ano anterior em relação ao  
56 Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE; solicitou a permanência na  
57 reunião dos Diretores da Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH, Edson Batista  
58 Maia e Vanderson Ronko, para subsidiar qualquer esclarecimento a respeito dos  
59 assuntos; de início antecipou decisão da Reitoria na convocação de Reunião  
60 Extraordinária do Conselho Universitário - COU no dia trinta e um do corrente, às nove  
61 horas, sexta-feira próxima, para tratamento dos assuntos elencados nesta Reunião de  
62 Trabalho, após protocolização formal dos documentos; ressaltou que a reunião do COU  
63 trataria especialmente da incorporação e deliberação de proposta da Reitoria, sobre  
64 medida judicial a ser impetrada contra o Governo de Estado, no sentido de que fossem  
65 abolidos todos os itens que interferem na autonomia das Universidades. Iniciou a  
66 discussão em si, priorizando a questão dos professores colaboradores considerando a  
67 falta de professores em sala de aula; se reportou a trabalho junto ao Governo de Estado  
68 nos últimos meses, a encontros e reuniões com a SETI e Casa Civil, para uma das quais  
69 teriam sido convocadas todas as Secretarias de Estado, para ciência de duras medidas  
70 que seriam impostas a todos, de forma geral; comentou que a de maior repercussão  
71 teria sido a que diria respeito aos professores do Ensino Médio, uma das medidas  
72 específicas à Secretaria de Educação - SEED; aos Reitores teriam sido apresentados  
73 vários itens restritivos, que posteriormente seriam conteúdo de Decreto, os quais naquele  
74 mesmo ato foram claramente contrariados pelo grupo de Reitores, que reunido  
75 elaborou documento contrapondo e ponderando documento expedido pela Comissão

76 de Política Salarial - CPS da Casa Civil; seguiu relatando sobre o documento da APIESP  
77 entregue ao Governo, onde se reafirmaria que todos os pontos elencados pela CPS  
78 seriam inócuos, que estariam acuando as IES e seus dirigentes, rasgando a Constituição  
79 Estadual no quesito Autonomia Universitária; afirmou ter sido deixado claro que na  
80 história das Universidades, seria a ação de maior ingerência apresentada pelo Governo,  
81 e se persistidas essas questões, entraria para a história como o Governo que mais teria  
82 atuado contra os interesses das Universidades; revelou ter havido o comprometimento  
83 por parte do Governo na revisão dos pontos de restrição, porém, o que não se cumpriu,  
84 visto que sem aviso prévio teria sido encaminhado ao final da última sexta-feira às IES,  
85 ofício da Casa Civil, cujo teor estaria sendo submetido à discussão. Exposto os detalhes  
86 dos acontecimentos, o Senhor Presidente diretamente entrou no mérito da questão,  
87 comentando sobre a carga horária solicitada de seis mil, oitocentas e quarenta (6.840)  
88 horas, e as seiscentas e oitenta e oito (688) horas autorizadas para contratação de  
89 professores colaboradores, e disponibilizando na íntegra o conteúdo do referido  
90 documento para conhecimento de toda comunidade universitária; seguiu citando e  
91 demonstrando alguns dos anexos do documento fruto do trabalho da CPS, que  
92 consideraria algumas normas e legislação e desconsideraria outras, evidenciando  
93 desconhecimento técnico do funcionamento administrativo interno de uma  
94 Universidade. De imediato a Presidência propôs para aprovação pelo COU de pedido  
95 ao Governador, pelo afastamento no trato das questões relacionadas às IES, dos  
96 servidores envolvidos nessa projeção descabida desenvolvida pela CPS da Casa Civil. Na  
97 continuidade, o Senhor Presidente abriu espaço à manifestação dos presentes, passando  
98 primeiramente a palavra ao Procurador Jurídico Professor João Irineu de Resende  
99 Miranda que afirmou aproveitar a presença de acadêmicos e entidades sindicais para  
100 explanar a respeito dos prejuízos que o ato governamental traria, atingindo toda

101 comunidade universitária; certificou que não só os colaboradores seriam afetados, mas  
102 os estudantes no direito da educação se consideradas as turmas sem aula, que se  
103 supridas por efetivos sem o devido conhecimento, trariam a precariedade da condição  
104 de ensino; do ponto de vista dos efetivos, atingiria o direito à fruição daquilo que está na  
105 lei que são as licenças, o direito de continuar com a própria pesquisa ou extensão,  
106 porque o documento contempla carga horária que inviabiliza ao docente o  
107 desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão, a atuação na pós-graduação  
108 e ainda a contratação daqueles que se submeteram a concurso e tem direito legal a  
109 vaga; considerou ser a primeira vez na história que se cogita a possibilidade de uma  
110 Universidade vir a processar o Chefe da Casa Civil; instigou para que juntamente à ação  
111 da Universidade, as entidades sindicais através dos seus jurídicos, os estudantes por meio  
112 das entidades representativas, cada um dos colaboradores buscassem seus direitos na  
113 esfera judicial, de modo a refletir sobre os acontecimentos como ofensa aos direitos de  
114 toda a comunidade universitária e não só apenas à administração direta da Reitoria;  
115 com base na lei de acesso à informação, colocou o órgão jurídico da UEPG a serviço no  
116 que diria respeito à disponibilização aos advogados, dos documentos necessários às  
117 medidas de proteção dos direitos de seus clientes; finalizou declarando que na reunião  
118 do próximo dia três (3) seria apresentada minuta da referida petição. Pela ordem se  
119 manifestou a Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli para clarear a  
120 respeito do número total de horas autorizado no documento em discussão; explanou  
121 sobre a proporção dos docentes colaboradores já contratados com carga horária de  
122 quarenta (40) horas, dos contratos prorrogados e quantos teriam de ser dispensados, no  
123 caso de ter que se chegar ao limitador apresentado; expôs que estaria apenas  
124 apresentando dados para conhecimento, e que a administração não teria intenção em  
125 dispensar docentes; apresentou o alto custo dos processos de demissão, afirmando o

126 quanto a determinação imposta na redução de horas dos temporários seria inócua;  
127 considerou ainda projetos em andamento e desenvolvidos pela UEPG em que o próprio  
128 Estado estaria sendo atendido, e que não teriam sido levados em conta no atual estudo  
129 da CPS - Casa Civil, atendimentos estes que teriam de ser suspensos em caso de redução  
130 de carga horária. Seguidamente a Presidência cedeu a palavra à Professora Rosangela  
131 Maria Silva Petuba, que na condição de Presidente da SINDUEPG fez várias  
132 considerações a respeito das atitudes governamentais; afirmou haver a intenção do  
133 desmonte das Universidades Públicas, e que com a aplicação da redução da carga  
134 horária docente conforme proposta apresentada, estaria sendo induzido o  
135 encerramento dos cursos de Mestrado, a suspensão de orientações, fechamento de  
136 laboratórios, transformando a Universidade em um grande colégio de 3º grau; declarou  
137 veementemente que o movimento docente e sindical viria apontando nessa direção a  
138 décadas, e que o Governo estaria mostrando toda sua intenção em relação às  
139 Universidades; parabenizou a APIESP pelo documento apresentado, comentando sobre  
140 inúmeras divergências anteriores; atestou sentir-se representada não como sindicalista,  
141 mas na condição de docente, de servidora pública do Estado do Paraná; comunicou  
142 protocolização de pedido da SINDUEPG e SINTESPO ao COU, para que ratifique  
143 moção de repúdio às atitudes do governo e total apoio ao teor daquele documento;  
144 anunciou chamamento imediato de assembleia da entidade justificada pela exigência  
145 do momento; observou estar sendo gestado o início de enfrentamento sem precedentes  
146 na história das Universidades, enfrentamento este inevitável e necessário para que não  
147 haja o desaparecimento da Universidade; apelou aos membros do Conselho,  
148 convocando a todos da comunidade universitária em busca da união dos interesses e  
149 esquecimento das divergências internas, para participarem da assembleia de discussão  
150 sobre a distribuição às IES de carga horária reduzida. Assumiu a palavra o Presidente do

151 SINTESPO, servidor Emerson Barbosa que corroborou com o pronunciamento anterior,  
152 ratificando a reativação do Comitê do Ensino Superior que congrega além de  
153 professores e servidores, também entidades estudantis; informou sobre algumas reuniões  
154 já realizadas, na tentativa de fazer frente de combate ao desmonte das Universidades  
155 que vem ocorrendo nos últimos anos; seguiu colocando o SINTESPO à disposição da  
156 UEPG, na soma de esforços ao enfrentamento em esfera judicial; apresentou opinião a  
157 respeito da nulidade das decisões tomadas pela CPS em relação à política salarial,  
158 considerada a arbitrariedade de reunião realizada com ausência de representante legal  
159 da SETI, órgão representativo das IES junto ao Governo de Estado; comunicou que a  
160 luta do SINTESPO iria além dessas questões, com possível chamamento de assembleia  
161 para os próximos dias de discussão e deliberação a respeito, inclusive, de indicativo de  
162 greve, considerado termo de compromisso firmado e assinado pelo governo no ano de  
163 dois mil e quinze, onde se asseguraria a contratação de servidores, o qual não se  
164 admitiria o descumprimento ou desrespeito; relacionou outros itens da pauta de  
165 discussão como os últimos ataques à carreira docente através do TIDE e documentos  
166 exarados pela Casa Civil em relação aos professores temporários; finalizou pedindo  
167 apoio de todos, à frente política desencadeada pelo Sindicato contra as imposições do  
168 Governo de Estado. O Conselheiro Robson Laverdi comunicou ter materializado  
169 solicitação de reunião extraordinária do COU, junto ao qual apresentou documento dos  
170 dois (2) sindicatos, tanto de proposta de Moção do COU em apoio ao Ofício R. nº  
171 068/2017 subscrito pelos dirigentes das sete (7) IES atingidas pelas deliberações e medidas  
172 contidas nos documentos emitidos pela Casa Civil, como também traria a orientação do  
173 Magnífico Reitor da UEPG a não adotar as referidas medidas; considerou que as  
174 propostas de medidas judiciais contra o Governo seriam válidas, porém, também seriam  
175 morosas e dependentes de processos judiciais, e que assim traria proposta de discussão

176 pelo COU da suspensão do Calendário Universitário, visto ser uma medida contundente  
177 e importante de posicionamento da Instituição, num contexto difícil de impedimento do  
178 funcionamento das suas atividades dentro desse regime que se impõe. Próximo inscrito,  
179 o Conselheiro Antonio José Camargo expôs entendimento próprio a respeito do cálculo  
180 da carga horária autorizada para docentes colaboradores, fundamentado em situação  
181 anterior vivida quando da sua atuação como Chefe da Coordenadoria de Ensino  
182 Superior junto a SETI; explanou sobre o sistema de cálculo adotado na época, sugerindo  
183 que no presente momento fosse apresentada através da APIESP, uma contra proposta;  
184 continuou, manifestando maior inquietação em relação ao outro documento  
185 encaminhado pela Casa Civil referente a deliberações restritivas, o qual considerou com  
186 características de Ordem de Serviço, sem força de decreto ou lei, porém com força de  
187 imposição. O Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis, representante da categoria dos  
188 servidores técnicos administrativos, compartilhou com os docentes o sentimento de  
189 inquietude com a questão da redução de carga horária dos colaboradores, e apoio à  
190 posição de repúdio a ser promulgada pelo COU em reunião próxima, declarando ainda  
191 ser favorável à ampla divulgação do repúdio às ações do governo, na página da UEPG;  
192 quanto aos últimos encaminhamentos de cortes relativos às contratações de pessoal,  
193 expressou grande preocupação com concurso público para agentes universitários,  
194 previsto para o ano em curso. A Presidência informou sobre reunião agendada de  
195 discussão dos mesmos tópicos com os Sindicatos, e considerando já terem sido discutidos  
196 nesta reunião, sugeriu reunião de trabalho entre os jurídicos para análise e elaboração  
197 do documento de Moção, o que foi aceito de imediato; seguiu para o segundo assunto,  
198 relacionado ao Ofício R. nº 068/2017 da UEPG, subscrito pelos demais dirigentes das IES  
199 em nome da APIESP, em resposta às deliberações impostas pela CPS da Casa Civil no  
200 Ofício CEE/CC nº 310/17; informou não haver acordo das IES a nenhum dos itens



201 elencados no referido ofício e que também haveria mobilização no sentido de Moção, se  
202 assim fosse deliberado; historiou brevemente sobre Acórdão do TCE/PR relacionado ao  
203 TIDE, dizendo que trataria de uniformização de jurisprudência, se reportando ao mês de  
204 julho do ano anterior, quando teria sido aprovado o referido Acórdão, e que após  
205 divergência entre o TCE/PR e a Paraná Previdência, o regime de trabalho teria passado  
206 a ser visto como mera gratificação; relatou sobre diligências e ações relacionadas à  
207 questão, já efetuadas pelas IES junto ao Governo de Estado, dentre elas o  
208 encaminhamento de solicitação de revisão do Acórdão e sustentação oral em reunião  
209 plenária do TCE/PR; continuou explanando a respeito dos efeitos do Acórdão, dos  
210 trâmites do processo, colocando a plenária a par dos procedimentos futuros e  
211 acompanhamento direto pelos senhores dirigentes das IES; considerou essa questão  
212 também, como frente de batalha difícil, a ser travada contra o TCE/PR; apresentou teor  
213 dos documentos recebidos pela UEPG, incluindo parecer da Procuradoria Geral do  
214 Estado - PGE, que afirmaria dever ser tratada em legislação própria geral, a definição  
215 da questão do TIDE; informou sobre a efetiva frente de trabalho dos Sindicatos e de  
216 ações pessoais que já estariam sendo impetradas contra o Acórdão; comunicou que  
217 todas as questões apresentadas, seriam levadas para discussão na Reunião  
218 Extraordinária do COU da próxima sexta-feira, e também disponibilizadas na página  
219 oficial da UEPG. Interrompeu o Conselheiro Robson Laverdi julgando bem detalhada a  
220 exposição da questão, porém considerando o parecer da PGE ser desfavorável de  
221 maneira contundente, que viria em reforço do primeiro Acórdão do TCE/PR, em forma  
222 de uma representação institucionalizada, fortemente contra os docentes, e expressou a  
223 necessidade em todas as instâncias da Instituição, do reforço do processo de luta. O  
224 Senhor Presidente passou a explanar sobre outra frente a ser enfrentada como o  
225 Governo e TCE/PR, o Sistema Meta 4, programa de origem espanhola de elaboração

226 para folha de pagamento adquirido pelo Governo do Estado do Paraná na década de  
227 noventa (90), comentando também a respeito de acordos e compromissos políticos  
228 assumidos com o Governo de Estado sobre o assunto, os quais, através de Decreto atual  
229 estariam sendo totalmente negligenciados e desrespeitados; após breve histórico sobre a  
230 pressão à adesão das IES no sistema Meta 4 durante os últimos anos, a tolerância na  
231 decisão negativa de algumas Instituições em aderir ao sistema, comunicou sobre a atual  
232 postura de exigência através de Comunicação de Irregularidades do TCE/PR contra  
233 Secretaria de Estado e IES; explicou minuciosamente a especificidade do documento e  
234 suas implicações, inclusive com situações parecidas em que os Conselheiros, membros dos  
235 conselhos deliberativos, foram incluídos na responsabilidade por ação ou omissão, das  
236 decisões e emissão de atos deliberativos, tendo seus Cadastros de Pessoas Físicas - CPFs  
237 elencados em Tomada de Contas, passíveis de dividirem com o Reitor da Instituição, a  
238 devolução de erário público; informou ainda sobre reunião dos reitores a ser efetivada  
239 anteriormente a reunião do Universitário para tratar do assunto Meta 4, e anunciou  
240 que dependendo do que fosse decidido, a matéria seria levada a discussão no douto  
241 COU. O Presidente do SINTESPO Emerson Barbosa solicitou autorização para contato  
242 junto a PRORH, em busca de informações concretas e instrução técnica a respeito do  
243 Sistema Meta 4, o que foi imediatamente acordado. Na sequência o Conselheiro Robson  
244 Laverdi se reportou a lutas docentes contrárias ao Meta 4, inclusive geradoras de greves  
245 deflagradas pela categoria; alegou haver correlação entre os assuntos, com os cortes de  
246 orçamento impostos pelo Governo à UEPG; questionou sobre a negativa ao pagamento  
247 de TIDE a professores colaboradores, requereu encaminhamento ao CA dos pedidos  
248 negados e solicitou esclarecimento sobre a matéria. De imediato a Presidência  
249 esclareceu que dentro do orçamento aprovado no ano de dois mil e dezesseis para dois  
250 mil e dezessete, não estaria previsto recursos para esse fim; esclareceu tratar de questão

251 técnica, desde que seriam duas (2) as exigências a serem cumpridas para que o docente  
252 temporário possa vir a usufruir do TIDE, que seria o professor estar participando de  
253 projeto de pesquisa ou extensão, e outra, a existência de recursos orçamentários e  
254 financeiros para tanto; continuou sua explanação, clareando que com base na projeção  
255 da folha de pagamento deste ano, na medida em que estão sendo requeridos os TIDES,  
256 estariam sendo fundamentadas as justificativas da impossibilidade dos pagamentos,  
257 permitindo aos interessados a chance do recurso aos Conselhos; afirmou ainda que ao ser  
258 deliberado pelo Conselho o pagamento, o recurso disponibilizado deveria advir de outro  
259 pagamento devido, deixando esse a descoberto. Interrompeu o Conselheiro Robson  
260 Laverdi para insistir na questão e afirmar que a falta de recebimento do TIDE, em  
261 muitos dos casos viria colocar em risco, a permanência desses docentes na Instituição.  
262 Seguidamente, foi dada sequência aos tópicos da reunião de trabalho, com espaço à  
263 palavra livre pela Presidência. Primeiro a se inscrever, o Conselheiro Marcos Vinicius  
264 Fidelis que propôs a manifestação de representante da SETI na reunião extraordinária  
265 do COU, no intuito de trazer maiores esclarecimentos daquela Secretaria a respeito dos  
266 assuntos já discutidos, e pautados para o próximo dia trinta e um; expressou ainda  
267 preocupação em como esses assuntos poderiam vir a comprometer o desenvolvimento  
268 do concurso público para agentes universitários, previsto para os próximos meses. O  
269 Conselheiro Luis Fernando Cerri registrou ocorrência de assalto na noite anterior no  
270 *Campus* em Uvaranas, alertando para o aumento dos casos de violência dentro do  
271 âmbito universitário. Em seguida o Conselheiro Amazonas Santos Neto reforçou a fala  
272 anterior em relação às ocorrências de assalto e sugeriu que se aguardasse a reunião  
273 extraordinária do COU para divulgação de informação sobre a suspensão do Calendário  
274 Universitário, visto que postagens em rede social sobre o assunto já estariam provocando  
275 agitação no meio acadêmico. Pediu aparte o Conselheiro Robson Laverdi para justificar

276 que na condição de representante docente, haveria publicado postagem extremamente  
277 clara, no sentido de que a matéria seria ainda pautada e discutida. Em seguida o  
278 Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior fez referência à deliberação durante  
279 acordo com o Movimento Estudantil, de que seria apresentada posição sobre ações  
280 preventivas referentes à questão da violência dentro do *Campus* Universitário, mesmo  
281 porque haveria o entendimento por parte dos acadêmicos, de que a presença da polícia  
282 não seria o comportamento mais adequado; informou sobre a realização no próximo  
283 mês de um Seminário sobre segurança, onde deveriam ser trazidas e apresentadas  
284 propostas dos grupos acadêmicos e algumas outras já encaminhadas à administração;  
285 expressou satisfação pela manifestação de união das categorias universitárias num  
286 momento em que o cenário estaria sendo extremamente negativo, corroborando e  
287 apoiando a proposta de moção de repúdio às pessoas que teriam demonstrado total  
288 desconhecimento da realidade da Universidade. Ainda sobre a questão do assalto, o  
289 Conselheiro Robson Laverdi fez menção a reportagens da mídia sobre a insegurança  
290 dentro do *Campus* no período noturno; alegou que apesar da condição desfavorável no  
291 sentido orçamentário/financeiro da Instituição, o momento exigiria ação emergencial na  
292 busca de solução do problema. Na sequência, o Conselheiro Antônio Marcos Maia  
293 indagou sobre a existência de processo de terceirização dos Restaurantes Universitários.  
294 A Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli imediatamente  
295 respondeu que não haveria sinal algum de processo a esse respeito, e que no máximo  
296 estaria em estudo a possível instalação de restaurante terceirizado sem envolvimento  
297 com os Restaurantes Universitários. Próximo inscrito o Conselheiro Ulisses Coelho,  
298 expressou grande preocupação em relação à contratação de professores temporários,  
299 em particular do Curso de Odontologia na disciplina de Endodontia, que contaria com  
300 um (1) único docente. Para que fosse respondida a indagação do Conselheiro Marcos

301 Vinicius Fidelis a respeito do Concurso Público para Agentes Universitários, foi solicitada  
302 a intervenção da Conselheira Silviane Buss Tupich, Pró-Reitora de Recursos Humanos  
303 que esclareceu já ter mantido contato com o Representante Técnico, e que os  
304 procedimentos estariam em trâmite, somente aguardando o término da vigência do  
305 concurso público em vigor. Solicitou a palavra o Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves  
306 Cunha que reforçou a questão da necessidade de maior iluminação e segurança no  
307 período noturno. Última inscrita, a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani destacou  
308 mais uma vez a ocorrência do assalto, informando terem sido tomadas providências  
309 imediatas possíveis junto ao Bloco M; ressaltou ainda a existência de buracos no asfalto  
310 do estacionamento do Bloco do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde - SEBISA,  
311 solicitando atenção e a reparação. O Senhor Presidente comentou sobre a recorrência  
312 dos assuntos expostos, comunicando a detenção de elemento meliante durante investida  
313 de invasão no Núcleo de Tecnologia de Informação - NTI, e afirmando a tentativa  
314 paulatina da Administração na resolução dessas questões. Não havendo nada mais a  
315 tratar, às onze horas e vinte e sete minutos, a Presidência agradeceu a presença de  
316 todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Eliane Maria Fidelis, Secretária dos  
317 Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos  
318 presentes. Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa,  
319 vinte e sete de março de dois mil e dezessete.

320

**ATA Nº 3/2017**

321 Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

---

322 Gisele Alves de Sá Quimelli

---

323 Amaury dos Martyres

---

324 Amazonas Santos Neto

---

325	<b>Antônio Marcos Maia</b>	_____
326	<b>Ariangelo Hauer Dias</b>	_____
327	<b>Emerson Martins Hilgemberg</b>	_____
328	<b>Fabiana Postiglione Mansani</b>	_____
329	<b>Gabriel Andrade Schleder (suplente)</b>	_____
330	<b>Luis Fernando Cerri</b>	_____
331	<b>Luiz Alexandre Gonçalves Cunha</b>	_____
332	<b>Marcos Vinicius Fidelis</b>	_____
333	<b>Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga</b>	_____
334	<b>Maria Salete Marcon Gomes Vaz</b>	_____
335	<b>Marilisa do Rocio Oliveira</b>	_____
336	<b>Maristella Dalla Pria (suplente)</b>	_____
337	<b>Miguel Archanjo de Freitas Júnior</b>	_____
338	<b>Robson Laverdi</b>	_____
339	<b>Silviane Buss Tupich</b>	_____
340	<b>Ulisses Coelho</b>	_____
341	<b>Vicente Paulo Hajaki Ribas</b>	_____
342	<b>Presentes:</b>	
343	<b>Dierone César Foltran Júnior</b>	_____

- 344 Ítalo Sérgio Grande \_\_\_\_\_
- 345 João Irineu de Resende Miranda \_\_\_\_\_
- 346 Neomil Macedo \_\_\_\_\_
- 347 Eliane Maria Fidelis - Secretária \_\_\_\_\_